

A HISTÓRIA DA HISTÓRIA: REVISÕES CRÍTICAS SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA ANTIGUIDADE

THE HISTORY OF HISTORY: CRITICAL REVISIONS ON THE HISTORIOGRAPHY OF ANTIQUITY

Artigo submetido em 25 de junho de 2025

Artigo aprovado em 29 de junho de 2025

Artigo publicado em 30 de junho de 2025

Scientia et Ratio

Volume 5 – Número 8 – Junho de 2025

ISSN 2525-8532

Autor:

Markus Samuel Leite Norat^[1]

Resumo: O presente artigo propõe uma análise crítica da historiografia da História Antiga, com ênfase nas transformações metodológicas e nos sujeitos tradicionalmente excluídos das narrativas oficiais. Parte-se da compreensão de que a historiografia não é uma representação neutra do passado, mas uma construção discursiva ancorada em disputas ideológicas, escolhas epistemológicas e contextos culturais. O estudo discute as origens da escrita da história, os limites da imparcialidade, os riscos do anacronismo e os critérios seletivos que moldaram a história oficial da Antiguidade, especialmente a partir da tradição ocidental. Em seguida, são exploradas as tendências contemporâneas da historiografia, como a história

cultural, comparada, de gênero e antropológica, que vêm ampliando o campo e incorporando novos sujeitos, mulheres, povos orientais, escravizados e outros grupos historicamente marginalizados. Por fim, aborda-se o papel da historiografia crítica na educação, no enfrentamento de discursos autoritários e na democratização do saber histórico. Conclui-se que a renovação da historiografia antiga é indispensável para a construção de uma narrativa histórica mais plural, ética e comprometida com a diversidade da experiência humana.

Palavras-chave: Historiografia, História Antiga, Anacronismo, Exclusões históricas, História cultural, Ensino de História.

Abstract: The present article offers a critical analysis of the historiography of Ancient History, with emphasis on methodological transformations and on subjects traditionally excluded from official narratives. It starts from the understanding that historiography is not a neutral representation of the past, but a discursive construction rooted in ideological disputes, epistemological choices, and cultural contexts. The study addresses the origins of historical writing, the limits of impartiality, the dangers of anachronism, and the selective criteria that shaped the official history of Antiquity, particularly from the Western tradition. It then explores contemporary historiographical trends, such as cultural, comparative, gender-based, and anthropological history, which have expanded the field by incorporating new subjects: women, Eastern peoples, the enslaved, and other historically marginalized groups. Finally, the article discusses the role of critical historiography in education, in confronting authoritarian discourses, and in democratizing historical knowledge. It concludes that renewing the historiography of Antiquity is essential for constructing a more plural, ethical, and inclusive historical narrative.

Keywords: Historiography, Ancient History, Anachronism, Historical exclusions, Cultural history, History teaching.

1 Introdução

A historiografia, compreendida como o campo da ciência histórica que se debruça sobre a escrita e a interpretação da história, assume um papel de fundamental importância na construção do conhecimento sobre o passado, sobretudo quando aplicada ao estudo da Antiguidade. Ao longo dos séculos, a História Antiga foi tradicionalmente compreendida a partir de uma perspectiva eurocêntrica, fortemente influenciada pela valorização das civilizações greco-romanas e pelo paradigma positivista que consolidou os modelos ocidentais como norma universal de análise histórica. Contudo, essa visão homogênea e linear da Antiguidade tem sido crescentemente desafiada por novas abordagens historiográficas, que buscam problematizar os critérios de seleção, os métodos e os silêncios da narrativa histórica construída sobre o mundo antigo.

O estudo da História da História, ou seja, da evolução dos modos como o passado foi interpretado, registrado e transmitido, torna-se essencial para compreender não apenas o conteúdo das narrativas históricas, mas também as suas formas, intenções, pressupostos teóricos e implicações políticas. A produção historiográfica sobre a Antiguidade está longe de ser neutra ou objetiva; ela resulta de contextos específicos, escolhas metodológicas e disputas por memória e identidade. Por isso, analisar criticamente como a Antiguidade foi historicamente concebida e reconstruída pelas diversas correntes historiográficas significa também questionar as estruturas de poder, os discursos legitimadores e as exclusões sistemáticas que moldaram o imaginário histórico da humanidade.

Nesse sentido, torna-se evidente que os relatos históricos do passado antigo, sejam eles construídos por historiadores clássicos, como Heródoto e Tucídides, ou por pesquisadores modernos, estão inseridos em um campo de tensões epistemológicas e políticas. Os modos de se contar a história, o que se privilegia, o que se omite e o que se interpreta como relevante, revelam não apenas o passado em si, mas também as concepções contemporâneas de tempo, verdade, civilização e identidade. A História Antiga, mais do que qualquer outro recorte temporal, foi e ainda é alvo de idealizações, mitificações e usos políticos, o que demanda do historiador um posicionamento crítico frente às fontes, aos

paradigmas analíticos e às tradições interpretativas.

Com o avanço das ciências humanas e o desenvolvimento de novas abordagens teóricas, como a história cultural, a história comparada e os estudos de gênero, a historiografia da Antiguidade tem passado por uma profunda revisão crítica. Essa revisão busca não apenas ampliar o escopo temático e geográfico das análises, incluindo povos orientais, sujeitos historicamente marginalizados, como as mulheres, e formas alternativas de registro histórico, mas também repensar os próprios fundamentos da disciplina histórica. Assim, este artigo se propõe a explorar os caminhos pelos quais a historiografia da Antiguidade tem sido ressignificada, analisando suas rupturas, permanências e desafios atuais.

Diante desse panorama, é imprescindível discutir com profundidade os objetivos, métodos e implicações dessa produção historiográfica, estabelecendo uma base teórica sólida que permita compreender em que medida as diferentes formas de narrar o passado antigo revelam mais sobre o presente do que sobre a própria Antiguidade. Para isso, é necessário esclarecer os objetivos da presente investigação, bem como delimitar o marco metodológico que orienta esta análise crítica, aspectos que serão discutidos a seguir.

A presente investigação tem como objetivo central realizar uma análise crítica da historiografia voltada para a Antiguidade, problematizando seus fundamentos epistemológicos, seus recortes temáticos tradicionais e os critérios de legitimidade histórica utilizados ao longo do tempo. Tal empreitada busca compreender como a escrita da História Antiga foi sendo moldada por contextos culturais, políticos e ideológicos específicos, produzindo uma narrativa que, muitas vezes, mais reflete os valores de suas épocas de produção do que os próprios acontecimentos ou dinâmicas do passado antigo.

Mais do que identificar os diferentes momentos da historiografia da Antiguidade, esta pesquisa pretende destacar as tensões teóricas e metodológicas envolvidas nesse processo. Isso inclui, por exemplo, a crítica às visões teleológicas e lineares da história, a

desnaturalização das dicotomias entre Oriente e Ocidente, e a problematização dos silêncios historiográficos, especialmente no que diz respeito à exclusão sistemática de mulheres, povos não europeus, sujeitos subalternizados e sistemas de pensamento alternativos ao modelo greco-romano clássico.

Um dos objetivos específicos é evidenciar como a historiografia antiga tem sido ressignificada a partir de abordagens contemporâneas, como a história cultural, a micro-história, a antropologia histórica e os estudos pós-coloniais. Através dessas novas lentes interpretativas, torna-se possível reavaliar o papel das fontes tradicionais (literárias, arqueológicas, mitológicas e iconográficas) e ampliar a compreensão da Antiguidade como um fenômeno plural, dinâmico e multifacetado, e não como um período estático, homogêneo ou encerrado em categorias rígidas.

Outro objetivo importante desta pesquisa consiste em analisar o modo como as narrativas historiográficas sobre o passado antigo influenciam, direta ou indiretamente, o ensino de História nas escolas e universidades, bem como as representações coletivas sobre a civilização, a origem do Ocidente, o papel da mulher e as hierarquias entre culturas. A forma como a História Antiga é ensinada e disseminada nos ambientes educacionais tem implicações profundas na formação da consciência histórica dos indivíduos e, por conseguinte, na construção de identidades nacionais, étnicas e culturais. Assim, refletir sobre a historiografia da Antiguidade é também refletir sobre os usos públicos da história e sobre os instrumentos de poder simbólico que ela pode representar.

Por fim, a pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento de uma prática historiográfica mais crítica, inclusiva e consciente de seus próprios limites. Ao lançar luz sobre os mecanismos de construção e desconstrução da narrativa histórica antiga, este estudo busca não apenas revisar os modelos já consagrados, mas também incentivar novas formas de pensar, ensinar e escrever a História da Antiguidade, em sintonia com os princípios da pluralidade epistemológica, do rigor analítico e da responsabilidade social do historiador.

A consolidação desses objetivos será viabilizada por meio de um percurso metodológico específico, que será detalhado no tópico seguinte, o qual apresenta os procedimentos teóricos e analíticos adotados na estruturação deste trabalho investigativo.

Para alcançar os objetivos delineados nesta pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa de natureza teórico-crítica, centrada na análise interpretativa de textos historiográficos, documentos acadêmicos e produções científicas que tematizam a construção da História Antiga ao longo do tempo. A escolha por essa metodologia se justifica pela própria natureza do objeto investigado, que exige um mergulho reflexivo nos fundamentos epistemológicos, nas categorias de análise e nas narrativas construídas em torno da Antiguidade como campo do saber histórico.

Nesse percurso metodológico, o ponto de partida consistiu em um levantamento exaustivo das principais correntes historiográficas que marcaram a construção da História Antiga, desde os primeiros relatos de cunho mitológico e oral, como os de Homero e Heródoto, até as contribuições contemporâneas de autores como Jean-Pierre Vernant, Moses Finley, Paul Veyne, Michel Foucault e outros expoentes do pensamento histórico e filosófico. A leitura crítica dessas obras permite identificar os elementos estruturantes da narrativa histórica, bem como os momentos de ruptura e contestação que possibilitaram a emergência de novas interpretações.

O corpus documental da pesquisa abrange, além de textos clássicos da historiografia, estudos recentes que abordam temas como a história da mulher na Antiguidade, os povos orientais e suas produções culturais, os limites do eurocentrismo na escrita da história, e as inovações teórico-metodológicas surgidas a partir do diálogo interdisciplinar com áreas como a antropologia, os estudos de gênero e os estudos pós-coloniais. Este material foi analisado de forma cruzada, comparando argumentos, identificando convergências e divergências, e avaliando a validade das categorias empregadas em cada abordagem.

A estrutura analítica adotada se apoia na articulação entre três eixos principais: (1) a crítica epistemológica à historiografia tradicional da Antiguidade; (2) a emergência de novos sujeitos históricos, antes marginalizados ou invisibilizados; e (3) a construção de alternativas narrativas que rompem com os modelos positivistas e eurocêntricos. Para isso, foram utilizados procedimentos de leitura hermenêutica, análise do discurso historiográfico e interpretação contextualizada das fontes secundárias, buscando sempre compreender os textos em sua densidade histórica e intelectual.

Outro aspecto fundamental da metodologia deste estudo é o exercício constante de autocrítica historiográfica. A pesquisa não se propõe apenas a descrever ou compilar autores e tendências, mas sim a refletir sobre o papel do próprio historiador no processo de produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, a perspectiva adotada assume o caráter de uma história da historiografia, isto é, um estudo da história como discurso, como prática intelectual e como campo de disputas simbólicas.

Por fim, cabe destacar que, embora não se trate de uma pesquisa empírica com levantamento de dados primários, o rigor metodológico foi garantido por meio da seleção criteriosa das fontes acadêmicas, da fidelidade à interpretação teórica e da problematização constante dos pressupostos que sustentam os discursos históricos analisados. Essa postura crítica e reflexiva será mantida ao longo de todo o desenvolvimento do artigo, cuja estrutura será composta por três capítulos temáticos, seguidos da conclusão e das referências bibliográficas.

1. A Construção da Historiografia: Conceito, Origens e Evolução

A compreensão do conceito de historiografia constitui o alicerce fundamental para qualquer análise crítica acerca da escrita da história. O termo, etimologicamente derivado do grego antigo *historiā* (ἱστορία, “investigação”) e *graphía* (γραφία, “escrita”), refere-se, em seu sentido mais direto, à escrita da história. No entanto, essa definição literal está longe de

esgotar a complexidade do conceito. A historiografia deve ser entendida como o conjunto das narrativas, práticas, métodos, escolas e correntes que, ao longo do tempo, buscaram construir explicações sobre o passado humano. Nesse sentido, ela não diz respeito apenas àquilo que se escreve sobre a história, mas também *como* e *por que* se escreve a história em determinada época, sob determinados valores, intencionalidades e pressupostos teóricos.

A historiografia, portanto, não é neutra. Ela é uma prática discursiva e interpretativa inserida em contextos específicos de produção de saber. Como destaca Jacques Le Goff (2003), a historiografia nasce de sucessivas releituras do passado, marcadas por perdas de detalhes, lacunas narrativas e falhas derivadas da memória seletiva ou dos limites das fontes disponíveis. Ela é, em essência, a história da própria história, uma metanarrativa que se volta sobre a evolução da ciência histórica, sobre seus paradigmas dominantes, seus objetos privilegiados e suas zonas de silêncio.

Historicamente, os primeiros registros historiográficos podem ser encontrados nas tradições orais e mitológicas das civilizações antigas. Heródoto, frequentemente reconhecido como o “pai da história”, produziu relatos que mesclavam observações etnográficas, narrativas lendárias e reflexões filosóficas. Tucídides, por sua vez, rompe com o tom fabuloso e propõe uma historiografia marcada por uma preocupação com a factualidade, a racionalidade e a crítica às causas políticas da guerra. Esses dois autores ilustram os primeiros embates entre concepções distintas de historiografia, e seus legados continuam a influenciar o debate historiográfico contemporâneo.

Com o passar dos séculos, a historiografia foi atravessada por diversas correntes teóricas. No período moderno, a visão positivista, sobretudo a partir de Leopold von Ranke, passou a dominar a produção historiográfica ocidental, centrada na crença de que a história poderia ser reconstruída de maneira objetiva e documental, “como realmente aconteceu” (*wie es eigentlich gewesen*). Essa perspectiva, embora inovadora à sua época, consolidou uma tradição excludente que privilegiava documentos oficiais, narrativas de elites e

interpretações eurocêntricas, marginalizando experiências sociais diversas, sobretudo de povos não europeus, mulheres, escravizados e grupos subalternizados.

Foi apenas com o surgimento de novas correntes historiográficas, como a Escola dos Annales na França, a história cultural, a micro-história italiana, a nova história social britânica e os estudos pós-coloniais, que esse modelo foi desafiado de forma sistemática. Essas abordagens passaram a enfatizar a subjetividade histórica, o papel da cultura, das mentalidades, das estruturas de longa duração e das práticas cotidianas como elementos centrais para a compreensão do passado. A historiografia passou, então, a ser concebida como uma construção narrativa, cuja credibilidade não dependia da sua pretensa neutralidade, mas da sua coerência metodológica, de sua capacidade de problematizar as fontes e de incluir múltiplas vozes no processo histórico.

Além disso, autores como Michel Foucault contribuíram para uma mudança radical na compreensão do saber histórico. Ao propor a análise genealógica dos discursos, Foucault revelou como a história é muitas vezes um instrumento de poder, capaz de validar determinadas formas de conhecimento e de marginalizar outras. Nesse contexto, a historiografia deixa de ser apenas um campo de estudo do passado e se transforma em um campo político, epistemológico e ético, comprometido com a responsabilidade de reconstituir criticamente os caminhos pelos quais se construiu a ideia de verdade histórica.

Assim, compreender a historiografia como um campo dinâmico, multifacetado e em constante transformação é essencial para a análise da História Antiga. Afinal, os modos de interpretar o passado antigo são profundamente influenciados pelos paradigmas historiográficos dominantes de cada época. Como veremos nos tópicos seguintes, a construção historiográfica da Antiguidade foi marcada por exclusões significativas, por leituras anacrônicas e por uma centralização excessiva nos modelos ocidentais, especialmente greco-romanos.

Dessa forma, ao entendermos os fundamentos da historiografia, abrimos caminho para refletir sobre suas origens remotas e os desafios históricos que perpassaram sua consolidação como campo do saber. É justamente essa trajetória que será analisada no próximo tópico, onde abordaremos o nascimento e os primeiros formatos da escrita histórica nas civilizações antigas.

As origens da historiografia estão intrinsecamente ligadas às formas pelas quais as sociedades antigas registraram, preservaram e transmitiram suas memórias coletivas. Antes do surgimento de uma historiografia *stricto sensu*, baseada em critérios críticos e sistematizados, o conhecimento histórico era repassado essencialmente por meio da oralidade, em contextos rituais, religiosos ou narrativos. Essa tradição oral, presente em praticamente todas as culturas da Antiguidade, era responsável por fixar os feitos dos antepassados, a genealogia dos governantes, os mitos fundadores e os ensinamentos morais que estruturavam a vida social.

A oralidade, nesse contexto, não era um meio inferior ou impreciso de transmissão da história, mas sim um sistema complexo de preservação da memória cultural, fundamentado na repetição ritualística, na performance e na autoridade simbólica dos anciãos, poetas e sacerdotes. Obras como a *Ilíada* e a *Odisseia*, atribuídas a Homero, são exemplos paradigmáticos desse modelo: compostas a partir de fórmulas mnemônicas e transmitidas oralmente por séculos antes de sua fixação escrita, essas epopeias não apenas narravam eventos heroicos, mas também constituíam uma forma de conhecimento histórico para os gregos arcaicos, amalgamando mitologia, ética e identidade coletiva.

Com o advento da escrita, um marco civilizacional que variou conforme as regiões e as culturas, a história oral começou a ser gradualmente codificada. Na Mesopotâmia, por exemplo, os sumérios já utilizavam sistemas de escrita cuneiforme desde o final do quarto milênio a.C., inicialmente para registros econômicos e administrativos, mas que, com o tempo, passaram a incluir listas reais, hinos e narrativas épicas como a *Epopeia de*

Gilgamesh. Esses registros não apenas documentam fatos políticos ou religiosos, mas demonstram uma intencionalidade narrativa que antecipa as primeiras formas de escrita histórica.

No Egito Antigo, a escrita hieroglífica permitiu o registro de anais reais, como os contidos na Pedra de Palermo, que sistematiza os nomes dos faraós e eventos marcantes de suas administrações. Embora fortemente impregnados por simbolismos religiosos e concepções mitológicas do poder, esses documentos revelam uma preocupação com a preservação de uma linha cronológica e com a legitimação dinástica. É o caso também do Cânone Real de Turim, que oferece uma listagem ordenada de reis, incluindo aqueles de origem estrangeira, o que indica um critério historiográfico específico e uma organização documental arquivística.

A transição da oralidade para a escrita, portanto, não implicou uma ruptura abrupta, mas um processo de continuidade e transformação. A escrita não substituiu imediatamente a tradição oral, mas a complementou, conferindo-lhe durabilidade e amplitude. Ao mesmo tempo, a fixação escrita das narrativas históricas passou a conferir a essas versões uma aparência de permanência e autoridade, inaugurando um novo estágio na produção da memória histórica: o da história registrada, passível de reprodução e análise crítica.

É importante notar, no entanto, que a codificação escrita da história na Antiguidade não foi homogênea nem linear. Cada cultura desenvolveu sua própria forma de lidar com o passado e de representá-lo por escrito. Na tradição hebraica, por exemplo, a história foi incorporada aos textos sagrados, em que a memória coletiva do povo de Israel se misturava aos ensinamentos religiosos e às normas morais. Já na Pérsia e entre os hititas, as inscrições reais buscavam tanto relatar campanhas militares quanto glorificar os feitos dos governantes, com claros objetivos de legitimação política e autoridade divina.

Na Grécia clássica, por sua vez, surge um novo modelo de escrita da história que, embora

ainda influenciado por elementos mitológicos e éticos, começa a apresentar traços de racionalidade crítica e busca por causalidade. Tucídides, ao relatar a Guerra do Peloponeso, rejeita explicitamente a interferência dos deuses como explicação dos fatos e afirma basear-se em testemunhos oculares, documentos e análise lógica dos eventos. Essa postura marca um ponto de inflexão na historiografia ocidental, estabelecendo um padrão que perduraria ao longo de séculos.

Contudo, é fundamental evitar uma leitura anacrônica ou teleológica desse processo. A historiografia não evolui linearmente de um estágio “inferior” (oralidade ou mito) para um estágio “superior” (escrita crítica e científica). Cada forma de registro do passado está inserida em um universo cultural e simbólico próprio, dotado de lógica e coerência interna. Reduzir os documentos históricos antigos a simples relatos fabulosos seria não apenas metodologicamente equivocado, mas também etnocêntrico.

Portanto, compreender as raízes da historiografia antiga requer reconhecer a pluralidade de formas de produção da memória, a coexistência de diferentes lógicas narrativas e a complexa relação entre mito, religião, política e história nas civilizações do mundo antigo. Essa diversidade é o ponto de partida para uma crítica historiográfica mais ampla, que será aprofundada no próximo tópico, onde analisaremos as permanências e rupturas que marcaram o desenvolvimento da historiografia ao longo do tempo.

A historiografia, entendida como um processo em constante transformação, reflete não apenas a evolução das técnicas de registro histórico, mas sobretudo as mudanças de paradigma que definem os modos de compreender, interpretar e narrar o passado. Desde as primeiras manifestações historiográficas na Antiguidade até os debates contemporâneos, a história da escrita da história foi marcada por momentos de ruptura e continuidade, em um movimento dialético no qual se afirmam, negam e reformulam concepções sobre o tempo, o sujeito, o poder e a verdade.

Na Antiguidade, a produção historiográfica já indicava algumas tensões que atravessariam os séculos seguintes. De um lado, a tradição mitopoética, representada por autores como Homero e Hesíodo, enfatizava a origem divina dos acontecimentos e a moral dos heróis, propondo uma história estruturada em arquétipos e símbolos. De outro, figuras como Heródoto e Tucídides propunham diferentes níveis de racionalização do passado, com tentativas de coleta de testemunhos, comparação de versões e análise das causas políticas e humanas dos eventos históricos. Essa coexistência de formas narrativas reflete a complexidade da historiografia antiga, que não pode ser compreendida de maneira homogênea ou linear.

Ao longo da Idade Média, a historiografia se reconfigura sob o domínio das teologias cristã, judaica e islâmica, que passam a orientar a compreensão do tempo histórico como expressão de uma vontade divina. A concepção de história como teleologia, com início, meio e fim previamente determinados por Deus, tornou-se dominante, e a prática historiográfica assumiu um papel apologético, voltado à edificação espiritual e à legitimação da ordem estabelecida. Ainda assim, importantes cronistas e compiladores medievais preservaram e transmitiram elementos das tradições clássicas, revelando uma permanência de modelos narrativos e estruturas conceituais herdadas da Antiguidade.

É somente na transição para a Modernidade, com o advento do humanismo renascentista e, mais tarde, do racionalismo iluminista, que se consolida uma ruptura epistemológica significativa. A história passa a ser concebida como campo autônomo do saber, desvinculada das verdades religiosas e sujeita à crítica racional. A emergência do método histórico, fundamentado na análise documental e na verificação empírica, ganha força com o positivismo oitocentista, especialmente nas obras de Ranke, que estabelece a pretensão de narrar os fatos históricos tal como aconteceram, com base em documentos oficiais e fontes primárias. Trata-se de uma transformação profunda, que institui um novo ideal de objetividade, mas que também gera exclusões e limitações epistemológicas consideráveis.

Ao mesmo tempo em que rompe com os pressupostos teológicos da Idade Média, o positivismo historiográfico mantém certas permanências do passado: a centralidade do Estado, o foco nas elites políticas e militares, a linearidade cronológica e a ideia de progresso como força motriz da história. Essas continuidades revelam como as rupturas historiográficas nunca são absolutas, mas parciais e condicionadas pelas ideologias dominantes em cada contexto histórico. A história da historiografia, nesse sentido, é marcada tanto por transformações radicais quanto por permanências sutis, que moldam os horizontes de interpretação do passado.

No século XX, uma nova série de rupturas redefine o campo historiográfico. A crítica à objetividade positivista, impulsionada por correntes como a Escola dos Annales, a história das mentalidades, a micro-história e a história cultural, introduz novas formas de pensar o tempo histórico, os sujeitos da história e as fontes utilizadas. A inclusão das experiências cotidianas, das classes populares, das mulheres, dos povos colonizados e dos grupos minoritários representa uma guinada metodológica e política na escrita da história. A historiografia torna-se mais plural, mais sensível à diversidade de narrativas e mais atenta aos mecanismos de poder que operam na construção do conhecimento histórico.

Por outro lado, algumas permanências persistem mesmo nas abordagens mais críticas. A ideia de que o Ocidente representa a matriz civilizatória universal, por exemplo, ainda influencia a forma como se estrutura o currículo escolar, como se produzem os livros didáticos e como se legitima o cânone historiográfico. Essa permanência evidencia o quanto é difícil romper com os alicerces simbólicos profundamente arraigados na cultura histórica ocidental.

No campo da História Antiga, essas rupturas e permanências se manifestam de maneira especialmente nítida. A valorização desproporcional das civilizações greco-romanas, em detrimento dos povos orientais ou africanos, revela a força de um paradigma eurocêntrico que moldou a produção historiográfica por séculos. A recuperação contemporânea da história

das mulheres, das culturas não ocidentais e das formas alternativas de registro do passado (como as tradições orais, os mitos e os artefatos materiais) representa uma tentativa de reverter esse quadro e promover uma historiografia mais inclusiva e crítica.

Assim, a historiografia deve ser compreendida como um campo em movimento, no qual rupturas e permanências coexistem e se entrelaçam. Reconhecer esse caráter processual é essencial para a análise historiográfica, pois impede visões simplificadoras e permite uma compreensão mais rica e aprofundada das disputas que marcam o campo da história. No capítulo seguinte, essas disputas serão exploradas a partir de três dimensões interligadas: os limites epistemológicos da produção historiográfica, os anacronismos que permeiam a leitura do passado antigo, e os critérios seletivos que definem o que é digno de ser lembrado ou esquecido na narrativa histórica.

2. Limites, Anacronismos e Critérios de Seleção Histórica

Um dos desafios centrais enfrentados pela historiografia, especialmente quando aplicada ao estudo da Antiguidade, diz respeito à tensão entre a busca por objetividade e a inevitável imersão do historiador em contextos subjetivos, culturais, políticos e ideológicos. A noção de imparcialidade, outrora defendida com veemência por correntes positivistas, encontra-se hoje amplamente problematizada, diante do reconhecimento de que toda escrita da história é, antes de tudo, uma prática interpretativa situada, influenciada por valores, crenças, interesses e limites cognitivos próprios de seu tempo.

A crise da imparcialidade não representa uma falência da historiografia, mas sim um amadurecimento epistemológico. Reconhecer que o historiador não é um “espelho neutro” do passado, mas sim um sujeito que recorta, seleciona, interpreta e organiza informações históricas a partir de parâmetros teóricos, metodológicos e até afetivos, é um passo decisivo para a construção de uma historiografia mais honesta consigo mesma. Nesse sentido, a história deixa de ser a simples narrativa dos “fatos como realmente aconteceram” e passa a

ser compreendida como construção discursiva ancorada na memória, na linguagem e na subjetividade.

Essa subjetividade, longe de ser um obstáculo, pode ser uma ferramenta heurística importante. O uso da memória como fonte histórica, por exemplo, abre espaço para a inclusão de experiências silenciadas, como as de mulheres, povos colonizados, camponeses, escravizados e outros sujeitos historicamente marginalizados. A memória coletiva, embora marcada por seletividades, esquecimentos e reelaborações simbólicas, constitui uma dimensão essencial da cultura e da identidade dos grupos sociais. Ao integrar a memória como elemento legítimo da historiografia, amplia-se o campo da investigação histórica para além dos documentos oficiais e das fontes convencionais.

No entanto, é justamente nesse ponto que a crise da imparcialidade se acentua: o que fazer quando a história se constrói a partir de mitos, lendas e tradições orais? Como diferenciar o registro simbólico do fato histórico? Essa pergunta tem sido recorrente nos estudos da Antiguidade, uma vez que grande parte do conhecimento sobre civilizações antigas está fundada em registros mitopoéticos ou religiosos, que não obedecem às categorias empíricas tradicionais. Obras como a *Epopéia de Gilgamesh*, os mitos homéricos ou os textos bíblicos apresentam narrativas que misturam elementos históricos, simbólicos e teológicos, dificultando a separação entre o real e o imaginário.

Autores como Paul Veyne (1982), ao refletirem sobre a crença dos gregos em seus próprios mitos, argumentam que a distinção entre mito e história factual é um produto tardio da modernidade. Para as sociedades antigas, os mitos não eram “invenções” no sentido moderno, mas formas legítimas de explicar o mundo, conferir sentido à experiência humana e estruturar a vida coletiva. Portanto, tentar aplicar categorias historiográficas contemporâneas a registros antigos pode resultar em anacronismos interpretativos e na desvalorização de formas distintas de conceber o tempo e o passado.

A subjetividade do historiador também se manifesta na própria escolha do objeto de estudo. A definição do que é considerado “digno” de ser lembrado e registrado historicamente revela um processo seletivo que, muitas vezes, reflete as hierarquias sociais e ideológicas vigentes. Ao longo da história da historiografia, foram privilegiadas narrativas sobre reis, guerras, tratados e elites, em detrimento das vivências cotidianas, das práticas culturais e dos saberes tradicionais. A crise da imparcialidade exige, nesse aspecto, uma revisão crítica dos critérios de seleção historiográfica, buscando incluir novas vozes e experiências no campo do conhecimento histórico.

Além disso, a linguagem empregada pelo historiador também é um fator determinante na construção da narrativa histórica. Palavras carregam valores, metáforas modelam o imaginário e escolhas discursivas produzem efeitos de sentido. Michel de Certeau (1975) já alertava para o fato de que escrever a história é ocupar um lugar de poder simbólico, a partir do qual se define o que é verdadeiro, relevante e legítimo. Assim, mesmo que se parta de fontes confiáveis e se empreguem métodos rigorosos, a história narrada será sempre um produto da subjetividade e da cultura do autor.

Nesse contexto, a historiografia da Antiguidade revela-se particularmente vulnerável à crise da imparcialidade, justamente por lidar com fontes fragmentárias, simbólicas e culturalmente distantes do presente. A necessidade de interpretação se intensifica, e com ela crescem os riscos de projeção de valores contemporâneos sobre sociedades que operavam com outras lógicas. Essa tensão será aprofundada no próximo tópico, que abordará os perigos dos anacronismos na leitura da História Antiga, destacando como eles distorcem a compreensão do passado e limitam a construção de uma narrativa historiográfica mais fiel à alteridade das civilizações antigas.

Entre os principais desafios enfrentados pela historiografia contemporânea, especialmente no campo dos estudos sobre a Antiguidade, destaca-se o risco do anacronismo interpretativo, isto é, a projeção de valores, categorias, estruturas mentais e ideologias modernas sobre

realidades históricas profundamente distintas. Esse fenômeno, frequentemente involuntário, compromete a compreensão crítica do passado, pois distorce a leitura dos acontecimentos, instituições e sujeitos históricos ao forçá-los a se encaixar em moldes conceituais alheios ao seu próprio tempo.

O anacronismo representa um dos dilemas centrais da prática historiográfica, pois desafia o historiador a equilibrar sua posição no presente com a tentativa de apreender o passado em sua alteridade radical. Como já indicava Marc Bloch (2001), o historiador é, inevitavelmente, um produto do seu tempo, mas deve se esforçar para “pensar com categorias alheias”, mergulhando no universo simbólico das sociedades que estuda. Isso exige uma vigilância constante sobre os instrumentos analíticos empregados e uma consciência crítica sobre as heranças conceituais que orientam a leitura do passado.

No campo da História Antiga, o anacronismo adquire uma gravidade ainda maior. Muitas das fontes disponíveis são fragmentárias, simbólicas e profundamente enraizadas em sistemas de crença que escapam à lógica moderna. Aplicar categorias atuais como democracia, liberdade, direitos humanos, laicidade ou igualdade de gênero ao mundo greco-romano, egípcio ou mesopotâmico, por exemplo, pode gerar equívocos analíticos sérios. É comum, por exemplo, idealizar a democracia ateniense como precursora das democracias contemporâneas, ignorando que ela excluía mulheres, escravizados e estrangeiros da vida política.

Essa tendência à idealização de estruturas do passado, associada a um olhar eurocêntrico e progressista, faz parte de uma herança historiográfica consolidada desde o Iluminismo e reforçada pelo positivismo. A Grécia e Roma foram, por séculos, vistas como berços da civilização ocidental, como se houvesse uma linha evolutiva inevitável que conduzissem de Atenas ao parlamentarismo moderno. Essa leitura teleológica da história naturaliza o progresso e mascara as rupturas, contradições e especificidades de cada período. Ignora-se, assim, a historicidade das instituições e das ideias, criando-se paralelos artificiais entre

passado e presente.

A crítica ao anacronismo, portanto, não visa apenas corrigir interpretações equivocadas, mas sobretudo resgatar a alteridade dos sujeitos históricos. Significa reconhecer que as categorias pelas quais organizamos a realidade, como família, política, religião, identidade ou trabalho, não são universais nem imutáveis, mas construções históricas situadas. Ao analisar, por exemplo, o papel das mulheres na Antiguidade, é preciso evitar tanto a naturalização da submissão quanto a aplicação de modelos feministas contemporâneos, sob o risco de ignorar as estratégias próprias de agência, resistência e protagonismo adotadas por mulheres em contextos patriarcais e hierarquizados.

Além disso, os anacronismos também operam no plano simbólico e afetivo. Atribuir sentimentos, intenções e racionalidades modernas a personagens históricos compromete a leitura contextualizada de suas ações. Não é raro encontrar biografias históricas que psicologizam figuras do passado com base em padrões contemporâneos de subjetividade, o que reforça interpretações simplificadoras e descontextualizadas. Da mesma forma, o uso de termos como “tirano”, “herói” ou “barbárie” carrega julgamentos morais que dizem mais sobre o presente de quem escreve do que sobre o passado em análise.

Autores como Reinhart Koselleck (1992), ao propor a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), enfatizam a importância de compreender os significados históricos das palavras e ideias. Um conceito como “liberdade”, por exemplo, possuía diferentes conotações para um cidadão ateniense, um escravizado romano ou um camponês egípcio. Ignorar essas distinções conduz a generalizações enganadoras e obscurece a riqueza do pensamento e das práticas sociais antigas.

No plano didático, o combate aos anacronismos também se mostra crucial. A maneira como a História Antiga é ensinada nas escolas frequentemente perpetua simplificações e paralelos infundados entre passado e presente. Representações estereotipadas de faraós, gladiadores,

filósofos e deusas gregas são reproduzidas sem contextualização crítica, reforçando mitos civilizatórios e apagando a complexidade cultural dos povos antigos. Promover uma educação histórica crítica e contextualizada é um dos caminhos para desconstruir essas visões distorcidas.

Um dos aspectos mais sensíveis e críticos da historiografia da Antiguidade diz respeito aos silêncios estruturais que permeiam as narrativas oficiais e acadêmicas sobre o passado. Silêncios, aqui, não se referem apenas à ausência de registros documentais — muitas vezes inevitável devido à escassez de fontes —, mas, sobretudo, às exclusões deliberadas ou sistemáticas de determinados sujeitos, experiências, saberes e práticas que não se encaixavam nos modelos de representação historicamente valorizados. Tais lacunas não são acidentais: são construídas por escolhas epistemológicas, ideológicas e culturais que definem quem é digno de ser lembrado e quem é condenado ao esquecimento.

Na construção da história oficial da Antiguidade, prevaleceu por séculos uma narrativa centrada nos feitos políticos e militares das elites masculinas das grandes civilizações ocidentais, notadamente Grécia e Roma. Essa historiografia tradicional foi moldada por documentos estatais, inscrições monumentais, obras literárias canônicas e fontes escritas por homens alfabetizados e privilegiados. Por consequência, grande parte da humanidade — mulheres, crianças, escravizados, camponeses, povos “periféricos”, culturas não ocidentais — foi relegada à invisibilidade historiográfica. Como aponta Joan Scott (1992), a ausência não é ausência de existência, mas de representação no discurso dominante.

As mulheres são um dos grupos mais evidentemente silenciados nas narrativas clássicas da Antiguidade. Mesmo quando figuras femininas aparecem nos registros, são muitas vezes retratadas como apêndices de homens poderosos, como símbolos mitológicos ou como personagens moralizadas segundo os padrões patriarcais. A rainha Hatshepsut, a poeta Safo, a filósofa Hipácia ou a guerreira Boudica são exceções que confirmam a regra: sua presença nos documentos históricos é cercada por resistências, apagamentos e distorções que

revelam as dificuldades da historiografia em lidar com sujeitos que escapam ao arquétipo masculino e dominante.

Esses silêncios se estendem também aos povos da Antiguidade considerados “não civilizados” pela lente eurocêntrica, como os mesopotâmicos, persas, fenícios, hebreus, núbios, etíopes e tantos outros. O paradigma civilizatório construído a partir da centralidade greco-romana — consolidado pelo Iluminismo e reforçado pela historiografia positivista do século XIX — marginalizou as experiências orientais e africanas, tratando-as como pré-históricas, exóticas ou místicas. Essa exclusão operou tanto na produção acadêmica quanto nos currículos escolares e na cultura visual popular, que pouco reconhecem a sofisticação cultural, política e científica dessas sociedades.

As práticas religiosas e simbólicas desses povos, por exemplo, foram frequentemente tratadas como superstição ou mitologia inferior, em contraste com a racionalidade “clássica” atribuída à Grécia e a Roma. A escrita cuneiforme, os papiros egípcios, os códigos legais mesopotâmicos e os registros genealógicos hebraicos foram, por muito tempo, desvalorizados como fontes historiográficas, sob o argumento de que não seguiam os preceitos da crítica documental moderna. Esse viés metodológico impediu, durante décadas, que essas tradições fossem reconhecidas como expressões legítimas de pensamento histórico.

Além disso, os silêncios historiográficos se manifestam na forma como se selecionam os temas considerados “relevantes”. A historiografia clássica privilegiou guerras, tratados, conquistas e sucessões dinásticas, em detrimento da história da alimentação, do vestuário, das práticas sexuais, das rotinas domésticas ou das expressões artísticas populares. Essa seleção temática reforça uma visão elitista e masculinista da história, na qual os conflitos de poder são colocados no centro, enquanto a vida cotidiana — embora responsável pela reprodução material e simbólica das civilizações — permanece nas margens da narrativa.

A crítica contemporânea à história oficial da Antiguidade, especialmente a partir da história cultural e dos estudos de gênero e pós-coloniais, tem buscado enfrentar esses silêncios, promovendo um processo de “revisitação” historiográfica que inclui novas fontes, novos sujeitos e novos métodos. O uso da arqueologia, da antropologia histórica, da iconografia e da literatura comparada tem permitido a reconstrução de experiências até então ignoradas ou negadas. Ao incluir o ponto de vista das mulheres, dos escravizados, dos estrangeiros e das minorias culturais, essa nova historiografia amplia o escopo da história e democratiza o acesso à memória coletiva.

Ainda assim, o enfrentamento dos silêncios não é tarefa simples. Exige a revisão crítica dos cânones acadêmicos, a reestruturação dos currículos educacionais e o rompimento com modelos interpretativos enraizados no imaginário ocidental. Requer também o reconhecimento de que toda historiografia é, em certo grau, um discurso político, que escolhe, hierarquiza e interpreta a partir de valores situados. Como lembra Michel-Rolph Trouillot (1995), os silêncios são produzidos em cada etapa do processo histórico: na formulação dos fatos, no arquivamento, na recuperação e na narrativa final.

3. Novas Perspectivas e Tendências na Historiografia da História Antiga

A historiografia da História Antiga tem passado, nas últimas décadas, por um processo vigoroso de transformação metodológica, que redesenha tanto os objetos de análise quanto as abordagens teóricas empregadas. Essa renovação não ocorre de forma repentina, mas é resultado de um acúmulo crítico em relação à tradição historiográfica clássica, marcada pelo predomínio da história política, centrada em eventos, líderes, batalhas e tratados. A nova historiografia rompe com a ideia de que o passado se resume à ação dos grandes homens e passa a privilegiar dimensões antes marginalizadas, como a cultura, a vida cotidiana, os corpos, os afetos, as subjetividades e as experiências coletivas.

Esse movimento de renovação metodológica tem sido impulsionado por correntes como a

história cultural, a história das mentalidades, a micro-história, a antropologia histórica e a história comparada. Tais abordagens deslocam o foco da análise da superfície institucional e estatal para as estruturas simbólicas e sociais que dão sentido às ações humanas. A história deixa de ser exclusivamente uma sucessão de eventos políticos para se tornar um campo interpretativo mais amplo, capaz de abarcar os modos de viver, pensar, sentir e imaginar das populações do passado.

A história cultural, por exemplo, procura compreender como os sistemas simbólicos moldam as práticas sociais e os discursos históricos. Inspirada por pensadores como Michel Foucault, Peter Burke e Roger Chartier, essa abordagem valoriza os rituais, as representações, os discursos e as práticas cotidianas como fontes legítimas de análise. No campo da Antiguidade, isso significa olhar para a religião, o mito, a arte, o vestuário, a alimentação, os jogos, as crenças populares e as práticas funerárias como elementos fundamentais para entender as sociedades antigas. Trata-se de uma história do “sentido das coisas”, que exige ao historiador uma escuta sensível e interdisciplinar.

Por sua vez, a história comparada emerge como uma resposta aos limites do particularismo metodológico. Ao invés de estudar os povos antigos de forma isolada, a história comparada propõe a análise simultânea de experiências históricas diferentes, buscando identificar semelhanças, diferenças e influências mútuas. Essa perspectiva tem sido particularmente fecunda no estudo da Antiguidade Oriental, permitindo a comparação entre Egito, Mesopotâmia, Fenícia, Hebreus e Persas. Ao colocar essas civilizações em diálogo, a historiografia ganha em amplitude e complexidade, abandonando o modelo eurocêntrico que por muito tempo reservou à Grécia e Roma o monopólio da importância histórica.

A antropologia histórica também se revela um campo metodológico decisivo nesse processo de renovação. Ao integrar os métodos e as sensibilidades da antropologia cultural, a historiografia passa a valorizar as estruturas mentais, os sistemas de parentesco, os rituais simbólicos e os modos de socialização como elementos centrais da experiência histórica.

Autores como Jean-Pierre Vernant e Louis Gernet foram pioneiros ao aplicar esse olhar antropológico ao mundo grego, revelando as estruturas profundas do pensamento mítico e suas implicações sociais. Essa aproximação interdisciplinar contribui para romper com visões reducionistas e universalistas, permitindo uma leitura mais contextualizada dos fenômenos históricos.

Paralelamente, a micro-história, desenvolvida por historiadores italianos como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, introduz uma nova escala de análise, centrada em episódios, personagens e comunidades singulares. Em vez de buscar grandes sínteses, a micro-história se interessa pelas margens, pelas anomalias e pelos casos que escapam às regras gerais. Quando aplicada à Antiguidade, essa abordagem permite reconstituir a vida de indivíduos anônimos, resgatar fragmentos de experiências esquecidas e desconstruir categorias historiográficas totalizantes. É uma história da diferença, que se opõe à homogeneização do passado.

Essa renovação metodológica não significa a negação da história política, mas sua relativização. As instituições, as guerras e os governantes continuam a ser objetos legítimos de estudo, mas agora inseridos em contextos mais amplos, que consideram as dimensões culturais, sociais e simbólicas que os constituem. A política, nesse novo paradigma, é compreendida como um campo de representações, disputas discursivas e práticas performativas, e não apenas como um conjunto de decisões formais e estratégicas.

Outro desdobramento importante dessa renovação é a revalorização das fontes não tradicionais. Em vez de se apoiar exclusivamente em textos clássicos, a nova historiografia se volta para inscrições menores, artefatos materiais, objetos do cotidiano, iconografias, vestígios arqueológicos, cartas, contratos, listas genealógicas e mesmo narrativas orais. Esses materiais são reinterpretados com novas lentes teóricas, rompendo com o preconceito que os considerava “menos históricos” do que os textos literários ou oficiais. Assim, a história se reaproxima da antropologia, da arqueologia, da linguística, da arte e da filosofia, em um esforço transdisciplinar de compreensão da experiência humana no passado.

Por fim, essa mudança metodológica também incide sobre a própria postura do historiador diante de seu objeto. O historiador deixa de ser um transmissor neutro de fatos e passa a ser reconhecido como um agente que constrói narrativas a partir de escolhas conscientes, de posicionamentos políticos e de compromissos epistemológicos. A escrita da história é, portanto, também um ato de criação, interpretação e responsabilidade.

Diante dessa renovação metodológica, novas possibilidades se abrem para a construção de uma historiografia da Antiguidade mais plural, inclusiva e crítica. Essa transformação será aprofundada nos próximos tópicos, que tratarão da incorporação de novos sujeitos históricos, especialmente as mulheres e os povos orientais, e da superação das exclusões que marcaram a historiografia tradicional por séculos.

A renovação metodológica da historiografia da Antiguidade, conforme analisado no tópico anterior, só alcança sua plenitude quando acompanhada por uma transformação substantiva dos sujeitos históricos contemplados nas narrativas. Durante séculos, a historiografia tradicional construiu-se a partir de um cânone restrito, centrado na elite masculina, branca, letrada e ocidental. Tal enfoque não apenas excluiu grande parte da humanidade da memória histórica, como também naturalizou essas ausências, transformando silêncios em verdades e ausências em irrelevâncias. Superar esse modelo exige a inclusão ativa de vozes historicamente marginalizadas, como as das mulheres, dos povos do Oriente Antigo e de outros sujeitos considerados periféricos, na construção do conhecimento histórico.

A primeira grande frente de inclusão que se impõe à historiografia antiga é a das mulheres. Durante séculos, a figura feminina foi relegada a papéis secundários, ora como símbolo de fragilidade moral, ora como ícone mitológico, ora como mãe silenciosa no interior doméstico. Mesmo nos momentos em que mulheres exerceram poder, como no caso de Hatshepsut no Egito, Hipácia em Alexandria ou Boudica na Britannia, a historiografia frequentemente minimizou suas ações ou as apresentou como exceções curiosas. Apenas com o advento dos estudos de gênero, da história cultural e da crítica feminista à história, é que as mulheres

começaram a ser reconhecidas como agentes históricos com experiências, resistências e estratégias próprias.

Essa inclusão, contudo, não se limita à mera recuperação biográfica de figuras notáveis. O desafio maior é reconstruir a presença das mulheres em suas múltiplas dimensões: como produtoras de cultura, como sujeitas de práticas religiosas, como transmissoras de saberes cotidianos, como trabalhadoras, como guerreiras, como intelectuais e como sobreviventes de sistemas patriarcais. Para isso, torna-se necessário revisar as fontes com uma lente sensível às lacunas, aos subtextos e às formas alternativas de agência feminina. Além disso, é preciso ir além da dicotomia submissão/resistência, reconhecendo a complexidade dos papéis femininos e suas variações segundo classe, etnia, localização geográfica e período histórico.

Outra dimensão fundamental da ampliação historiográfica refere-se à incorporação dos povos orientais, cuja história foi frequentemente desqualificada ou marginalizada em função de um paradigma eurocêntrico que consagrou Grécia e Roma como os únicos legatários da “civilização”. Povos como egípcios, mesopotâmicos, hebreus, persas, fenícios, hititas, núbios e outros habitantes do Crescente Fértil foram, por muito tempo, descritos como sociedades teocráticas, estáticas, mitológicas e incapazes de desenvolver uma historiografia crítica. Essa visão, profundamente influenciada por valores coloniais e racistas dos séculos XVIII e XIX, contribuiu para invisibilizar produções intelectuais, sistemas políticos complexos e culturas altamente sofisticadas.

Com os avanços da arqueologia, da linguística e da historiografia crítica, essa percepção vem sendo desafiada. Hoje sabemos que os povos do Oriente Antigo desenvolveram formas próprias de registro histórico, como as listas reais, os anais dinásticos, os textos religiosos com caráter político e até autobiografias formais, como no caso dos escritos dos reis assírios e persas. O Egito, por exemplo, oferece fontes notáveis como a Pedra de Palermo e o Cânone Real de Turim, que registram não apenas sucessões políticas, mas também eventos econômicos e religiosos. A historiografia egípcia, embora diferente da tradição grega, possui

coerência interna e atende a lógicas culturais próprias, fato que exige ser compreendido em seus próprios termos e não com base em parâmetros ocidentais.

A valorização da historiografia oriental não visa apenas à “inclusão” por equidade, mas à ampliação real das possibilidades interpretativas da História Antiga. Ao reconhecer a pluralidade de formas de pensamento, de organização social e de representação histórica, enriquecemos o campo historiográfico e desmontamos a falsa universalidade do modelo ocidental. Além disso, esse reconhecimento permite abordar as trocas culturais, os fluxos simbólicos e as hibridações entre as civilizações da Antiguidade, oferecendo um panorama mais interconectado e menos hierarquizado da história humana.

Para além das mulheres e dos povos orientais, é preciso incluir também os sujeitos anônimos, subalternos e invisibilizados das estruturas sociais antigas: os escravizados, os camponeses, os artesãos, os estrangeiros, os religiosos não institucionalizados, os indivíduos com deficiência, os que viviam fora das cidades, entre outros. Suas experiências, embora menos registradas nos textos oficiais, podem ser reconstruídas a partir de fontes arqueológicas, materiais iconográficos, restos de habitações, inscrições menores e, sobretudo, pela interpretação crítica dos silêncios presentes nas fontes tradicionais. Essa operação hermenêutica exige sensibilidade e rigor, pois trata de extrair sentido histórico da ausência, uma tarefa complexa, mas fundamental.

A inclusão desses sujeitos representa uma reconfiguração epistemológica profunda. Não se trata apenas de “acrescentar” nomes a uma lista já estabelecida, mas de mudar o centro da narrativa, de reorganizar o que é considerado relevante e de subverter os critérios tradicionais de valor histórico. Ao fazer isso, a historiografia se aproxima de seu propósito mais nobre: compreender a totalidade da experiência humana, em toda a sua diversidade, contradição e riqueza.

Essa nova perspectiva plural e inclusiva, no entanto, traz consigo novos desafios, tanto

teóricos quanto metodológicos, que exigem do historiador um compromisso contínuo com a autocrítica, a interdisciplinaridade e a responsabilidade ética.

A renovação da historiografia da Antiguidade, marcada por novas abordagens metodológicas e pela ampliação dos sujeitos históricos, impõe aos pesquisadores e educadores um conjunto de desafios contemporâneos que vão além da esfera acadêmica. Não basta reescrever o passado com critérios mais inclusivos e rigorosos; é necessário também refletir sobre como esse novo conhecimento historiográfico circula, é ensinado, apropriado e disputado nos espaços públicos, escolares e políticos. Em outras palavras, os avanços críticos da historiografia só se concretizam plenamente quando articulados a uma agenda de democratização do saber histórico.

Um dos primeiros desafios diz respeito à tradução didática da historiografia crítica para o ensino básico e médio. Ainda hoje, grande parte dos currículos escolares permanece atrelada a modelos ultrapassados, cronológicos e eurocêntricos, que reduzem a História Antiga à tríade Egito-Grécia-Roma, com ênfase quase exclusiva nos feitos políticos e militares de elites masculinas. Nessa perspectiva, figuras como Cleópatra, Alexandre, César e Péricles são amplamente exploradas, enquanto os povos do Oriente, as mulheres comuns, os escravizados e os camponeses seguem ignorados ou romantizados.

A ruptura com esse modelo exige mais do que atualizar conteúdos: exige uma mudança de paradigma pedagógico. O ensino de História Antiga precisa ser repensado a partir de temas transversais, como diversidade cultural, relações de poder, representações de gênero, trocas intercivilizacionais e conflitos simbólicos. É preciso superar o ensino conteudista e narrativo, priorizando a formação do pensamento histórico, da criticidade e da consciência das múltiplas vozes que compõem o passado. Isso significa também ampliar o repertório de fontes utilizadas nas aulas, incluindo imagens, mapas, artefatos, textos não canônicos e produções culturais contemporâneas, e incentivar o uso da história comparada e da interdisciplinaridade como estratégias formativas.

Outro desafio fundamental reside na resistência social e política à revisão crítica da história. Em um contexto global marcado pelo avanço de discursos negacionistas, revisionistas e autoritários, a historiografia crítica enfrenta fortes pressões para se adequar a narrativas identitárias fechadas, nacionalistas e excludentes. No Brasil e em outros países, discursos oficiais têm promovido a desvalorização da história como campo científico, acusando historiadores de “ideologização” ou “revisionismo militante”, especialmente quando se trata de temas como escravidão, colonialismo, religião, sexualidade e identidade de gênero.

Frente a essas ameaças, a historiografia da Antiguidade ocupa um lugar estratégico. Por ser, muitas vezes, percebida como “distante” e “neutra”, ela pode operar como espaço seguro para a discussão de temas sensíveis de forma indireta, permitindo o exercício do pensamento crítico sem confronto imediato com a realidade contemporânea. Ao abordar, por exemplo, o patriarcado grego, o racismo romano, o imperialismo persa ou os conflitos religiosos no Egito, os estudantes e leitores podem refletir sobre dinâmicas atuais com base em paralelos históricos, ampliando sua compreensão das estruturas sociais e dos discursos de poder.

Por outro lado, a popularização do saber histórico, estimulada pela internet, pelas mídias digitais e pelas redes sociais, também impõe novos desafios e oportunidades. Nunca se produziu e consumiu tanta história fora dos espaços acadêmicos, em vídeos, séries, jogos, podcasts, museus virtuais, perfis de Instagram e TikTok voltados à História Antiga. Esse fenômeno demanda dos historiadores um esforço ativo de inserção no debate público, sem abrir mão do rigor analítico, mas com capacidade de dialogar com diferentes linguagens, públicos e plataformas. Trata-se de transformar a historiografia em ferramenta de formação cidadã, de combate à desinformação e de valorização da diversidade histórica.

Nesse contexto, iniciativas de extensão universitária, formação de professores, produção de material didático alternativo e divulgação científica tornam-se ainda mais relevantes. É preciso fomentar redes colaborativas entre pesquisadores, professores da educação básica e

comunicadores, para construir pontes entre a produção historiográfica e a sociedade. A democratização do saber histórico não significa apenas ampliar o acesso aos conteúdos, mas garantir que a multiplicidade de vozes e experiências históricas seja reconhecida, valorizada e apropriada criticamente por todos os grupos sociais.

Finalmente, o compromisso ético do historiador com uma historiografia crítica não pode se limitar à denúncia das exclusões do passado, mas deve incluir também a prática ativa de escuta e valorização das memórias vivas, dos saberes tradicionais, das epistemologias não hegemônicas. A História Antiga, mesmo sendo um campo voltado ao passado mais remoto, pode contribuir decisivamente para o debate contemporâneo sobre democracia, justiça social, pluralidade e reconhecimento, desde que assumida como campo de disputa, e não de repetição de modelos consagrados.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo teve como propósito fundamental refletir criticamente sobre a constituição, evolução e renovação da historiografia voltada à História Antiga. Partimos da premissa de que toda historiografia é, por natureza, uma construção discursiva situada historicamente, e, por isso, profundamente marcada por escolhas epistemológicas, disputas políticas e valores culturais. A noção de uma escrita “neutra” ou “imparcial” da história revelou-se não apenas ilusória, mas também potencialmente danosa, na medida em que naturaliza exclusões, silenciamentos e hierarquias que ainda estruturam o campo histórico-acadêmico.

Ao revisitarmos as origens da historiografia, desde as formas orais até os registros escritos das civilizações antigas, compreendemos que o impulso de registrar o passado é tão antigo quanto a própria humanidade. No entanto, o que é considerado “história”, e quem tem o direito de escrevê-la, variou enormemente ao longo do tempo. As permanências e rupturas observadas entre os modelos clássicos, medievais, modernos e contemporâneos de escrita

histórica evidenciam um movimento constante de transformação, que reflete não apenas a maturação da disciplina, mas também as crises e tensões próprias de cada contexto histórico.

Ao adentrarmos os debates sobre os limites da imparcialidade, os perigos do anacronismo e os critérios seletivos que definem o que é incluído ou excluído das narrativas históricas, foi possível compreender que a historiografia tradicional da Antiguidade, por mais consolidada que esteja, é profundamente marcada por ausências estruturais. Mulheres, povos do Oriente, escravizados, camponeses e outros sujeitos foram sistematicamente marginalizados, seja por não se adequarem aos critérios do cânone acadêmico, seja por não deixarem registros compatíveis com os modelos documentais privilegiados.

Nesse sentido, a renovação metodológica da historiografia, com a valorização da história cultural, da história comparada, da antropologia histórica e dos estudos de gênero, não representa apenas uma mudança de objetos, mas uma transformação na forma de conceber o próprio fazer histórico. A inclusão de novas vozes e experiências não é um gesto compensatório ou benevolente, mas um imperativo teórico, ético e político diante da complexidade e diversidade da experiência humana.

Contudo, essa renovação enfrenta desafios significativos no presente. A resistência de setores conservadores à crítica histórica, a persistência de currículos escolares anacrônicos, a popularização da desinformação histórica nas redes sociais e a mercantilização da memória são obstáculos reais para a consolidação de uma historiografia mais crítica e democrática. Para superá-los, é necessário que historiadores e historiadoras assumam um papel ativo na formação cidadã, na educação pública e na divulgação científica de qualidade, estreitando os laços entre a universidade, a escola e a sociedade.

A História Antiga, por mais distante que pareça no tempo, continua a influenciar profundamente os imaginários contemporâneos, seja pela sua apropriação política, pela sua

presença em produtos culturais, ou pela forma como estrutura os debates sobre civilização, identidade e poder. Reescrever sua historiografia de modo crítico, plural e responsável é uma tarefa urgente não apenas para fazer justiça ao passado, mas também para transformar o presente e abrir caminhos para futuros mais justos e inclusivos.

Por fim, este artigo reafirma a ideia de que a historiografia da História Antiga não é apenas uma disciplina voltada ao passado remoto, mas um campo de luta simbólica no presente, onde se disputam sentidos, legitimidades e pertencimentos. Cabe à nova geração de historiadores e educadores a responsabilidade de ampliar essas disputas, romper com os silêncios herdados e promover a emergência de uma história mais humana, mais plural e mais comprometida com a verdade crítica do mundo.

Referências

ALAMBERT, Z. *A história da mulher*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

BADINTER, E. *Um é o outro*. 3. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

BÉLO, T. P. Um estudo preliminar sobre Boudica e a memória coletiva britânica. *Cadernos do Lepaarq*, Pelotas, v. 11, n. 21, 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/3099>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDEN, N. *A psicologia do amor romântico*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

CARREIRA, J. N. História e historiografia na Antiguidade Oriental. *Didaskalia*, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 333-358, 1982. Disponível em:
<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/14954/1/V01202-333-358.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2025.

FUNARI, P. P. A renovação da História Antiga. In: KARNAL, L. (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, L. Vestígios da vida de Hipácia de Alexandria. *Perspectiva Filosófica*, Recife, v. 43, n. 1, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/download/230301/24503>.

Acesso em: 03 de maio de 2025.

SANTOS, P. M. S. Em busca da história: reflexões acerca de uma historiografia egípcia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: UnB, 2017.

Disponível em:

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501615903_ARQUIVO_Embuscadahistoria,reflexoesacercadeumahistoriografiaegipcia.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2025.

SETERS, J. *Em busca da história: historiografia no mundo antigo e as origens da história bíblica*. São Paulo: EDUSP, 2009.

WILKINSON, T. A. H. *Royal annals of ancient Egypt: The Palermo Stone and its associated fragments*. London: Kegan Paul International, 2000. ZARANKIN, A.; SALERNO, M. A. Sobre bonecas e carrinhos: desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, Ilhéus, v. 11 e 12, n. 20 e 21, p. 219-240, jan./jun. 2009.

[1] Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais. Mestre em Direito e Desenvolvimento Sustentável. Especialização em Coordenação Pedagógica. Especialização em Tutoria em

Educação a Distância e Docência do Ensino Superior. Especialização em Direito da Seguridade Social Previdenciário e Prática Previdenciária. Especialização em Advocacia Extrajudicial. Especialização em Direito da Criança, Juventude e Idosos. Especialização em Direito Educacional. Especialização em Direito do Consumidor. Especialização em Direito Civil, Processo Civil e Direito do Consumidor. Especialização em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Especialização em Direito Ambiental. Especialização em Desenvolvimento em Aplicações Web. Especialização em Desenvolvimento de Jogos Digitais. Especialização em Ensino Religioso. Especialização em Docência no Ensino de Ciências Biológicas. Especialização em Ensino de História e Geografia. Especialização em Ensino de Arte e História. Especialização em Docência em Educação Física. Licenciatura em Geografia. Licenciatura em Ciências Biológicas. Licenciatura em História. Licenciatura em Letras Português. Licenciatura em Ciências da Religião. Licenciatura em Educação Física. Licenciatura em Artes. Licenciatura em Ciências Sociais. Licenciatura em Filosofia. Bacharelado em Direito. Editor de Livros, Revistas e Websites. Advogado especializado em Direito do Consumidor. Coordenador Pedagógico e Professor do Departamento de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de João Pessoa UNIPÊ; Professor convidado da Escola Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Professor do Curso de Graduação em Direito no Centro Universitário de João Pessoa UNIPÊ; Professor do Curso de Graduação em Direito na Faculdade Internacional Cidade Viva FICV; Membro Coordenador Editorial de Livros Jurídicos da Editora Edijur (São Paulo); Membro Diretor Geral e Editorial das seguintes Revistas Científicas: *Scientia et Ratio*; *Revista Brasileira de Direito do Consumidor*; *Revista Brasileira de Direito e Processo Civil*; *Revista Brasileira de Direito Imobiliário*; *Revista Brasileira de Direito Penal*; *Revista Científica Jurídica Cognitio Juris*, ISSN 2236-3009; e *Ciência Jurídica*; Membro do Conselho Editorial da *Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo*, ISSN 2237-1168; Autor de mais de 90 livros jurídicos e de diversos artigos científicos.